

economia

União e DF firmam acordo para socorro ao BRB

Empréstimo terá garantia de consórcio com maiores bancos do País

/ GOVERNO FEDERAL

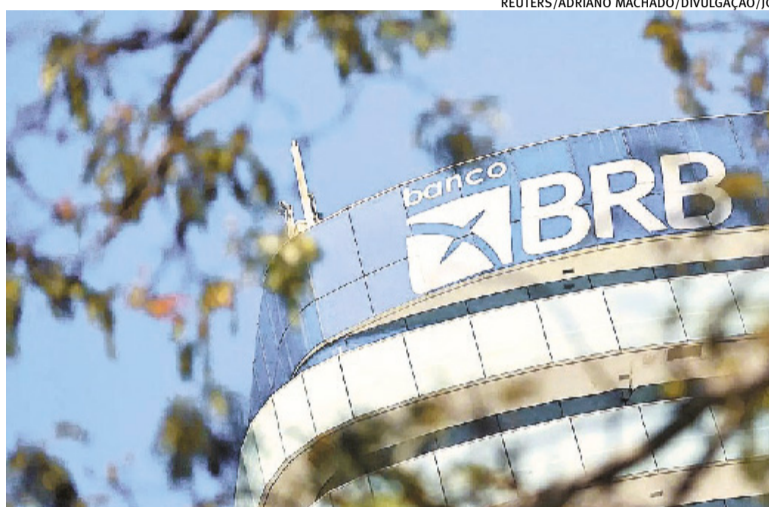
O governo do Distrito Federal e a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fecharam nesta quinta-feira um acordo para viabilizar um empréstimo de até R\$ 6,5 bilhões do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ao Banco de Brasília (BRB).

A ação busca cobrir o rombo deixado por operações com o Banco Master, de Daniel Vorcaro. Os termos foram fechados em audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF), mediada pelo ministro Luiz Fux.

“Estamos bastante satisfeitos de anunciar que há minutos fechamos o acordo entre a União e o Distrito Federal. Primeiro ponto importante: não há recursos da União sendo transferidos nem garantia ou aval da União em favor do Distrito Federal”, disse Flavio Roman, que representou a Advocacia-Geral da União (AGU) no encontro.

O acordo com a gestão Lula começou a ser desenhado em uma audiência na última terça-feira. O governo do Distrito Federal tenta tomar com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) um empréstimo no valor de até R\$ 6,6 bilhões para capitalizar o BRB.

Os termos do empréstimo ainda estão sendo discutidos. De acordo com a governadora Celina Leão (PP), a proposta do governo do Distrito Federal prevê duração de 15 anos para pagamento da operação e prazo de carência de dois anos. A taxa de juros não foi antecipada



Ação busca cobrir o rombo deixado por operações com o Banco Master

pela governadora.

A operação não contará com aval da União, mas a Fazenda concordou em ampliar o limite de crédito do Distrito Federal para viabilizar o plano de socorro ao banco. Atualmente, o governo distrital esbarra no teto de cerca de R\$ 900 milhões do chamado Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF).

Estados que têm dívidas da União precisam seguir as regras do PAF, que indica, entre outros pontos, o espaço que o ente tem para contratar novas operações de crédito (com ou sem garantia da União) de acordo com sua situação financeira.

Com o acordo firmado, calcula-se que seja possível viabilizar um empréstimo entre R\$ 6 bilhões e R\$ 6,5 bilhões junto ao FGC, com base em uma resolução do Senado que limita a 16% da

receita corrente líquida as operações de crédito para estados e municípios em um mesmo ano.

A garantia do empréstimo a ser tomado pelo BRB virá de um grupo formado pelos maiores bancos públicos e privados do País - Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal avaliam compor esse conjunto de instituições.

Segundo um interlocutor do mercado financeiro, o desenho acertado no STF é bastante distinto do que vinha sendo discutido pelas instituições financeiras até então, com risco de crédito mais elevado, o que pode encarecer a operação.

Além da fiança oferecida pelo sindicato de bancos, o plano também prevê como contragarantia o oferecimento de recursos do Distrito Federal do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Governo Central tem superávit primário de R\$ 25,198 bi em abril

/ CONJUNTURA

As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) tiveram superávit primário de R\$ 25,198 bilhões em abril, após um resultado negativo de R\$ 73,783 bilhões em março, informou o Tesouro nesta quinta-feira.

O resultado primário do mês passado foi maior do que o registrado em abril de 2025, quando o saldo nas contas do Governo Central foi positivo em R\$ 18,195 bilhões. Esse foi o melhor resultado para meses de abril desde 2022, quando houve superávit de R\$ 34,508 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A meta fiscal estabelecida para 2026 prevê superávit primário de 0,25% do PIB, cerca de R\$ 34,9 bilhões, excluindo o pagamento de precatórios e despesas autorizadas fora do arcabouço fiscal.

O superávit de abril foi maior do que a mediana das previsões do mercado financeiro na pesquisa Projeções Broadcast, que apontava para um resultado positivo de R\$ 24,7 bilhões. As estimativas do mercado, todas de superávit, variavam de R\$ 19,5 bilhões a R\$ 27,7 bilhões.

As despesas do Governo Central cresceram 3,3% em abril, na comparação com o mesmo mês de 2025, já contabilizando a inflação do período. As receitas totais tiveram alta real de 6,0%, na mesma base de comparação.

No mês passado, a arrecadação do governo com impostos

e contribuições federais somou R\$ 278,823 bilhões, o maior resultado para meses de abril desde 2000, segundo dados da Receita Federal.

As contas do Tesouro Nacional, incluindo o Banco Central, tiveram superávit primário de R\$ 58,287 bilhões em abril, informou o órgão nesta quinta-feira.

A Previdência Social teve déficit primário de R\$ 33,089 bilhões em abril. Isoladamente, o Banco Central teve déficit de R\$ 187 milhões.

O Governo Central teve superávit primário de R\$ 8,677 bilhões no acumulado de 2026 até abril. No mesmo período de 2025, o resultado era positivo em R\$ 73,188 bilhões, sem correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As despesas tiveram alta real de 14,2% na soma do ano, enquanto as receitas totais subiram 4,0% acima da inflação.

No acumulado de 12 meses até abril, o déficit primário do Governo Central somou R\$ 130,6 bilhões, o equivalente a 0,97% do Produto Interno Bruto (PIB). As despesas obrigatórias somaram 17,75% do PIB, e as discricionárias, 1,73%.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do segundo bimestre, divulgado na semana passada, o governo aumentou a estimativa de superávit primário de 2026, já considerando as exceções para o cumprimento da meta, de R\$ 3,5 bilhões, estimado no primeiro relatório, para R\$ 4,1 bilhões. Sem deduzir R\$ 64,4 bilhões de exceções, o resultado esperado para o ano é negativo em R\$ 60,3 bilhões.

Consumo nos lares brasileiros sobe 1,48% em abril ante março, aponta Abras

/ CONSUMO

O consumo nos lares brasileiros subiu 1,48% em abril ante março, segundo monitoramento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Em relação a abril de 2025, o avanço foi de 3,17%. No acumulado do quadrimestre, o indicador registra alta de 2,18%.

Segundo a entidade, o consumo das famílias segue em trajetória positiva em 2026, embora em ritmo mais gradual do que no ano passado, quando o avanço já

havia começado acima de 2% em janeiro e permaneceu nesse patamar ao longo de todo o primeiro quadrimestre. “Embora haja estímulos importantes de renda em circulação, o crescimento do consumo ocorre de forma gradual”, afirmou o vice-presidente da Abras, Marcio Milan, durante coletiva da entidade.

A Abras destacou que a renda disponível das famílias continuou sendo reforçada por medidas como a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda e o reajuste do salário mínimo. A

entidade também citou a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS, estimada em R\$ 78,2 bilhões.

Apesar da melhora do consumo, os preços dos alimentos seguiram pressionados em abril. O AbrasMercado, indicador que acompanha os preços de uma cesta de 35 produtos de largo consumo, subiu 1,98% em abril ante março, acumulando alta de 4,55% no quadrimestre. Com o resultado, o valor médio da cesta passou de R\$ 820,54 para R\$ 836,80.

Entre os produtos básicos, a principal pressão veio do leite longa vida, que avançou 13,66% em abril e acumula alta de 21,39% no ano. O feijão subiu 3,47% no mês e já acumula elevação de 32,56% no quadrimestre.

Segundo Milan, a dinâmica dos preços dos alimentos segue influenciada pela sazonalidade e efeitos climáticos sobre a produção agrícola. “Soma-se a isso a elevação dos custos logísticos, especialmente nos fretes”, afirmou.

No recorte da cesta de 12 produtos básicos, o preço médio na-

cional avançou 2,85% em abril, passando de R\$ 344,40 para R\$ 354,22. As principais pressões vieram do leite longa vida (+13,66%), feijão (+3,47%) e carne bovina corte dianteiro (+2,62%).

Regionalmente, o Sul liderou a alta mensal da cesta básica, com avanço de 4,18% e custo médio de R\$ 378,30, influenciado pelos aumentos mais intensos da carne bovina e do leite longa vida.

Já o Norte manteve o maior custo médio do País nesse recorte, em R\$ 438,31.